

**A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DE INCLUSÃO:
uma análise dos planos educacionais¹**

**TRAINING OF TEACHERS FOR PEDAGOGICAL PRACTICES OF
INCLUSION:
an analysis of educational plans**

Paula Diana Moraga Garridoⁱ

Edvonete Souza de Alencarⁱⁱ

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo compreender como é tratado a formação de professores nos documentos orientadores Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul – Brasil. Para realização desta investigação utilizamos a metodologia de análise documental, no qual foram investigados os planos de educação, observando as categorias comuns entre ambos os documentos. Portanto, a pesquisa sobre a formação docente possibilitou entender qual o posicionamento que os planos evidenciam sobre as práticas que envolvem a inclusão. Os resultados apontaram nos documentos que houve um importante progresso no atendimento de qualidade para os alunos, destacando-se a relevância atribuída à formação do docente atuante na sala de aula. Em nossas considerações finais apontamos a preocupação evidenciadas por esses documentos com relação a formação de formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Formação docente. Educação inclusiva. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: This research aims to understand how the teacher training is treated in the guidance documents National Education Plan and the Municipal Education Plan of the city of Dourados, Mato Grosso do Sul -

¹ A pesquisa tem como origem a monografia do Curso da Pós Graduação *lato sensu* - Especialização em Educação Especial: Atendimento Educacional Especializado..

Brazil For this research we used the analysis methodology, in which the education plans were investigated, observing the common categories between both documents. Therefore, the research on teacher training made it possible to understand what the positioning that the plans show about the practices involving inclusion. The results showed in the documents that there was an important progress in quality care for students, highlighting the relevance attributed to the training of the teacher acting in the classroom. In our final considerations we point out the concern evidenced by these documents regarding initial and continuing training.

Keywords: Teacher training. Inclusive education. Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista os avanços propostos para a Educação Inclusiva, nossos olhares se voltam para uma formação docente voltado nessa perspectiva com propostas e práticas inovadoras. Pensando nisso essa investigação tem como objetivo compreender como é tratado a formação de professores nos documentos orientadores Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul – Brasil.

Considerando os professores, profissionais essenciais para que o processo de ensino e aprendizagem dos alunos seja eficaz, a sua formação é um fator relevante para romper barreiras e dificuldades advindas neste processo de ensino que requer práticas pedagógicas eficientes para atender a demanda diária nas instituições. Um dos fatores que são discutidos e causa questionamentos, é a educação especial e a relação intrínseca com a educação inclusiva. Algumas reflexões como: “Ambos têm o mesmo significado?” perpassam nossos pensamentos. Compreendemos pelos documentos vigentes que essas estão articuladas, mas possuem especificidades que veremos mais sobre esse assunto no decorrer das próximas seções do artigo.

Considerando que é preciso pesquisar e compreender tais conceitos para seguir com um trabalho satisfatório. São muitas demandas para a concretização de um trabalho de inclusão eficaz, e se obter boas práticas na formação docente é necessário muito estudo. Sendo assim, esta pesquisa se torna importante para aprofundar conhecimentos prévios sobre as práticas que envolvem a Educação Especial, refletindo sobre o contexto vivido, saberes e fazeres, metodologias, estratégias de ensino, recursos, dentre muitos outros fatores da prática docente.

Consideramos, que tal investigação é relevante para auxiliar nas discussões sobre a inclusão na sociedade e como as políticas públicas de formação de professores para a inclusão são tratadas nos documentos.

A pesquisa utiliza como metodologia a análise documental, que nos fornece informações relevantes sobre os aspectos que evidenciam a temática investigada nestes documentos. As referências auxiliam no entendimento do cenário atual da educação especial e inclusiva, ampliando o conhecimento sobre o que vem sendo pesquisado na área.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA VERSUS ESPECIAL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando pensamos em uma educação inclusiva, capaz de promover não somente o acesso como também a permanência de todos os alunos com ou sem deficiência nos espaços das instituições educacionais e com garantias do direito a uma educação de qualidade, nos deparamos com professores com questionamentos sobre o entendimento da Educação Inclusiva e Especial.

Em alguns trabalhos publicados sobre o tema, se aborda o assunto, mostrando que professores ficam confusos quanto ao tema. Numa entrevista realizada pela revista Educação com a professora Karina Maldonado (USP), é questionado sobre as diferenças entre educação especial e educação inclusiva. A professora resume de forma sucinta e que nos faz compreender melhor este assunto:

No Brasil, a educação especial é uma modalidade de ensino, então ela perpassa da educação infantil até o ensino superior. A educação especial é uma área de pesquisa, uma área de estudo. Isso é a área de educação especial. A educação inclusiva se consolida como uma proposta, uma perspectiva que a educação deveria assumir a partir da Declaração de Salamanca (1994), que espera que a educação em todos os países dê conta de discutir as necessidades específicas dos estudantes. Entre essas necessidades, a questão da deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades. A educação inclusiva é muito mais ampla. (Maldonado, 2017).

Diante das palavras da professora Maldonado (2017), compreendemos que a educação inclusiva trata de práticas que não exclui ninguém, tendo em vista o aprendizado e atendimento eficaz de cada um, observando suas peculiaridades, um trabalho amplo e dinâmico que observa cada detalhe transmitido pelos alunos. Um trabalho de interdependência de muitos fatores da realidade vivenciada e que necessita de complementaridade, mudando os olhares para criar condições para efetivar as práticas inclusivas.

Ao voltarmos nossas análises para os documentos norteadores, identificamos que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) a conceitua como “um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”. (Brasil, 2008, p. 1).

Diante disso, percebe-se a urgência de mudanças nas práticas de ensino- aprendizagem com um olhar mais amplo, numa perspectiva interativa, recolhendo informações importantes que visem o desenvolvimento dos alunos. Principalmente a inclusão tendo o princípio de que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de qualquer dificuldade apresentada.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, direcionando as ações no atendimento aos estudantes com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Brasil, 2008).

Com isso, a Educação inclusiva é parte da Educação Especial e vice-versa. É fundamental essa conjunção no processo educacional, ajustando materiais e recursos pedagógicos, bem como a amplitude da formação exigida para estarem preparados ao receber os alunos de forma acolhedora e eficiente. A Educação Especial oferece os instrumentos de suporte e apoio para os alunos com necessidades específicas neste processo de inclusão, e para isso, todos devem se envolver, seja a família, e funcionários da escola, sejam os demais alunos da escola regular, ou a realização de um trabalho em equipe.

Diante de tantas especificidades apresentadas nas relações entre Educação Inclusiva e Educação Especial, nos dispositivos legais fica em evidência a importância de uma formação docente adequada com práticas pedagógicas que estimulem o aprendizado.

Os dispositivos legais vigentes, embora com lacunas e ambiguidades, favorecem a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Entretanto, a legislação é apenas um dos elementos importantes e necessários; outro aspecto a ser considerado é a formulação, implementação e avaliação de ações e programas que às demandas provocadas pela perspectiva da Educação Inclusiva. (Carvalho e Souza, 2015, p. 146)

Desta maneira, destaca-se que a união de muitos fatores é necessária para que o professor crie condições que favoreçam a aprendizagem das crianças com necessidades específicas, permitindo que obtenham informações sobre tudo que está a sua volta, adaptando atividades consideradas maçantes e torná-las divertidas estimulando a participação dos demais alunos, propiciando ocasiões para que descubram que o convívio favorece a todos e efetiva a inclusão.

Com diversos documentos produzidos e publicados, percebe-se um avanço no que se refere à importância de um atendimento de qualidade para todos os alunos. No cenário educacional atual, destaca-se a relevância atribuída à formação constante do docente atuante na sala de aula que envolva a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. A formação docente sempre foi objeto de pesquisa, e com as mudanças, temos verificado um significativo aumento dos estudos que procuram investigar as especificidades e os processos de construção dos conhecimentos e saberes docentes no ensino regular. Com isso, questionamentos são levantados, a princípio tentando encontrar respostas para a melhor ou a mais adequada formação dos professores na visão inclusiva, seja para o professor especialista em Educação Especial, seja para o professor generalista. Para Bueno (1999)

[...] a formação docente e o ensino qualificado para os alunos, na perspectiva da educação inclusiva, envolve, no mínimo duas formas de formação profissional. São elas: [...] Dos professores do ensino regular (generalistas) com vistas a um mínimo de

formação, já que a expectativa é a expectativa da inclusão dos alunos com “com necessidades educativas especiais”, e [...] Dos professores especializados nas diferentes “necessidades educativas especiais”, seja para atendimento direto a essa população, seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos. (Bueno, 1999, p.14)

Esse aspecto destacado pelo autor, já vem estabelecido desde a Lei de diretrizes e Bases da Educação de 1996, quando diz em seu Art.59 que “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”:

[...] I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

[...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (Brasil, 1996)

Desde então, a formação para a educação inclusiva em uma perspectiva de educação especial é foco de pesquisas, tentando compreender ou encontrar um caminho mais próximo de elucidar as dificuldades apresentadas para efetivação das práticas inclusivas.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Este estudo, constitui-se numa pesquisa de análise documental, numa perspectiva qualitativa. Tal metodologia colabora na identificação de tendências, e possíveis lacunas no campo do conhecimento investigado. Segundo Gerhardt (2009, p.32) “A pesquisa qualitativa, preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

A pesquisa documental fundamentada em Ludke e Andre (1986) permite conhecer mais sobre um determinado tema, resgatando informações, complementando outras metodologias e buscando novos aspectos do tema investigado. Os materiais analisados nesse tipo de investigação são as fotos, cadernos, diferentes tipos de registros, manuais didáticos, legislações, documentos norteadores e outros.

Com isso, a pesquisa inicia com o levantamento documental entre março e setembro de 2017. Os documentos oficiais selecionados para estudo foram o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e o Plano Municipal de Educação de Dourados (2015-2025). Tais documentos foram escolhidos por serem documentos orientadores que possuem um determinado tempo para cumprir metas, e assim analisar como a formação docente e inclusiva vem sendo compreendida e implementada. Após realizar as leituras nos planos de educação, discorreremos aqui um breve resumo sobre esses documentos:

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 25 de junho de 2014 com validade de 10 anos, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias que orientam as iniciativas na área da educação. São 20 metas que abrangem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior, dentro destas, questões relevantes como a educação inclusiva, o aumento da taxa de escolaridade média dos brasileiros, a capacitação e a valorização dos professores, além de aspectos que envolvem a gestão e o financiamento do plano. A parte voltada para a educação especial e inclusiva está descrita na Meta 4, que será discutida com maiores detalhes nesta pesquisa.

Sendo o PNE o documento que orienta as ações desenvolvidas na elaboração dos planos estaduais e municipais de educação, Dourados-MS aprovou a Lei N° 3.904 DE 23 de Junho de 2015 (PME), tendo a vigência decenal, estando alinhado tanto ao Plano Estadual de Educação (PEE) como ao Plano Nacional de Educação (PNE), contendo as mesmas metas do Plano Nacional e as mesmas diretrizes, porém, com os objetivos específicos para a realidade local. A meta direcionada a educação especial e inclusiva é a Meta 4, assim como o PNE. Como este é um instrumento essencial para a política educacional, analisamos alguns aspectos importantes sobre a meta referente a educação especial, estabelecendo uma relação e as referências a formação de professores.

Após a coleta de dados, e a leitura dos materiais, escrita de fichamentos, no qual as principais informações foram selecionadas, buscando estabelecer uma compreensão e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado. Estabelecemos categorias de análise com o intuito de melhor compreender os documentos e as características que permitiram responder nossa investigação.

As categorias de análise foram realizadas por aspectos semelhantes encontrados nos documentos. As categorias formadas foram: I) criação de centros multidisciplinares de apoio; II) conhecimento dos materiais didáticos, equipamentos e tecnologia assistiva; III) metodologias diferenciadas; IV) A formação docente para a educação inclusiva; V) As parcerias com diversas instituições; VI) Valorização profissional;

Na seção seguinte apresentaremos as análises realizadas nos documentos selecionados.

4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste cenário atual com diversas mudanças no sistema de ensino brasileiro o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei n. 13.005/2014 (BRASIL, 2014), torna-se instrumento essencial para fortalecer a educação inclusiva, tendo em vista os objetivos e metas a se efetivar em dez anos, orientando a política de educação no país.

Dentre as 20 metas a serem cumpridas, sobre a Educação especial e Inclusiva, destaca-se a universalização do acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional especializado (AEE) para crianças e adolescentes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A meta revela a persistência da palavra “preferencialmente”, abrindo brechas para diferentes interpretações que podem continuar a gerar entraves para a total permanência dos alunos na escola regular.

Dentro da Meta 4, encontramos as 19 estratégias que objetivam auxiliar na concretização das propostas, já previstas em leis e documentos anteriores. De modo geral, as estratégias que se apresentam para auxiliar na efetivação da meta tratam de Serviços de Atendimento Especializado (AEE), formação de professores (continuada), financiamento, pesquisa, acessibilidade arquitetônica, articulação intersetorial, participação da família, elaboração de estatísticas, definição de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para funcionamento de instituições públicas e privadas.

O PME segue a estrutura do plano nacional com as mesmas metas, adicionando objetivos e estratégias de acordo com a realidade local. A meta de universalização para o atendimento do público alvo da educação especial é mantida no PME. Ao se referir a educação especial e inclusiva, cita a Meta 4, como no PNE, porém com 21 estratégias.

Ao lermos os dois documentos realizamos categorias, que foram criadas por meio de seus aspectos semelhantes no que se refere a formação de professores. Assim as categorias foram: I) criação de centros multidisciplinares de apoio, II) conhecimento dos materiais didáticos, equipamentos e tecnologia assistiva, III) metodologias diferenciadas, IV) a formação docente para a educação inclusiva, V) As parcerias com diversas instituições VII) Valorização profissional.

Para iniciar nossas reflexões comparativas entre os documentos PNE e PME apresentamos as categorias, no qual podemos observar que são encontradas nos dois planos de educação, demonstrando a articulação entre as metas e objetivos que são comuns para a educação inclusiva. O PME foi elaborado com as mesmas metas e estratégias que o PNE, porém com pontos específicos voltados a realidade do município.

Diante do exposto dissertaremos sobre cada categoria.

4.1 Categoria I- criação de centros multidisciplinares de apoio

Dentro desta categoria, as estratégias da Meta 4 que menciona e/ou se relacionam com a formação docente, é para o apoio ao trabalho dos professores da Educação Básica. No Plano nacional prevê a criação de centros multidisciplinares de apoio. No plano municipal segue a mesma estratégia em construir parcerias com diferentes setores.

A importância atribuída aos apoios e parcerias é parte da formação continuada proposta para os professores da Educação básica. Sobre isso, Vaz e Garcia (2015, p.89) explicam como estratégias de

consolidação da política educacional, como um espaço de diversificação em áreas específicas, de acordo com o contexto vivenciado. Com isso, evidencia-se a importância da assessoria e trabalho em conjunto com diferentes parcerias para auxiliar no atendimento dos educandos no ensino regular, bem como a contribuição com a formação docente. Com objetivo de efetivar a educação inclusiva, a estratégia 4.3 do plano nacional aponta a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nos espaços escolares urbanos, do campo, indígenas e quilombolas. Na estratégia 4.4 segue a garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Seguindo a estrutura do PNE, as estratégias do PME estão descritas de forma semelhante, nas estratégias 4.3 e 4.4, com a diferença em especificar o atendimento educacional especializado nos Centros de Educação Infantil (CEIMS).

Nestas estratégias (PME e PNE) destaca-se a formação continuada para professores para atender os alunos da rede regular de ensino. Machado (2011, p.6), destaca a importância da formação docente para o AEE e o entendimento da relevância das salas de recursos multifuncionais para a articulação entre professores da escola e a construção propostas diferenciadas.

Nesta perspectiva, o trabalho em conjunto faz toda a diferença quando os conhecimentos são compartilhados na instituição de ensino regular. Segundo as análises realizadas no PME, em Dourados as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi instituído pela Portaria nº. 13 de 24 de abril de 2007 com a finalidade de disponibilizar as salas para o apoio das escolas e na organização e na oferta do AEE. O atendimento é realizado no contraturno das aulas. (PME)

O AEE como um serviço da educação especial auxilia no aprendizado dos alunos, assim como as salas de recursos contribuem para o apoio dos professores na elaboração de práticas inclusivas, vindo de encontro com as propostas de Baptista e Silva (2015) quando tratam da formação no cotidiano escolar.

4.2 Categoria II- conhecimento dos materiais didáticos, equipamentos e tecnologia assistiva

Os planos de educação dispõem de estratégias para desenvolver conhecimentos sobre materiais didáticos, recursos de tecnologia assistiva para atender os alunos. No PNE este ponto está descrito na estratégia 4.10. Seguindo a proposta elencada pelo plano nacional, o PME descreve os pontos na estratégia 4.11.

Como podemos observar a questão da acessibilidade e aprendizagem dos alunos são objetivos destas estratégias, porém é explícito a importância destas para o trabalho do professor com alunos, desenvolver materiais diferenciados contribuem para ambos na aprendizagem e formação.

Ter acesso aos materiais didáticos, equipamentos e tecnologia assistiva nas escolas contribuem em todas as ações desenvolvidas para os alunos da escola, espera-se que futuramente todas as instituições de ensino possam ter acesso a esse material.

4.3 Categoria III- Metodologias diferenciadas

Como citado na categoria II, as estratégias 4.10 e 4.11 evidenciam as pesquisas voltadas a metodologias já citadas anteriormente. Compreendemos que estas pesquisas auxiliam nos desenvolvimentos de práticas pedagógicas diferenciadas. Com os processos de inclusão escolar, as exigências do ser professor, observamos que tem sido um desafio. É evidente que para realizar um trabalho voltado para a educação inclusiva, as pesquisas para auxiliar na construção do conhecimento formativo requerem tempo, dedicação e oportunidades de formação inicial e, sobretudo, continuada, a serem ofertadas por instituições públicas e privadas, em diferentes modalidades.

Baptista e Silva (2015) consideram que as práticas desenvolvidas nas escolas é parte do percurso formativo e neste espaço são construídas novas metodologias para a inclusão. Considerando que as práticas pedagógicas de inclusão requerem um olhar sensível para as diferenças, os autores usam do termo “reinventar” para as “novas” práticas e superar o tradicional.

Com isso observamos que os diálogos entre os planos e os referenciais concordam quando pontuam as pesquisas para o desenvolvimento e conhecimentos sobre metodologias para a educação inclusiva, reafirmando a importância da teoria para a prática e vice-versa, no processo de reinventar as práticas do cotidiano escolar as pesquisas se fazem presente.

Diante disso, é importante uma reflexão dos professores sobre a aprendizagem dos alunos com e sem deficiências, compreendendo as possibilidades de desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas.

4.4 Categoria IV- Formação docente para a educação inclusiva

A parte dedicada à formação docente para a educação inclusiva, fica em evidência na estratégia 4.16 do PNE, quando diz que é necessário a inclusão de estudos sobre o atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas licenciaturas.

No PME está descrito de forma semelhante, com ênfase na articulação entre as instituições de ensino superior do estado. Pelo especificado no PME, a articulação entre as IES do estado no desenvolvimento de formações e conteúdos referentes ao tema, poderia estar ligado a cidade possuir em sua região, universidades que contribuem para pesquisas e formação continuada entre os professores da educação.

Este ponto da estratégia demonstra que é previsto uma formação que contemple a educação inclusiva, pretende-se que o currículo da universidade busque formas de abordar o tema a partir de teorias e práticas de vivências na educação especial e inclusiva. Antunes e Glat (2011) problematizam a formação inicial nos cursos de Pedagogia, a análise das autoras aponta que a educação especial

aparece muitas vezes de forma “genérica e opcional”, com uma organização curricular fragmentada, sem especificar a união da teoria e prática.

Poderíamos dizer que esta é uma realidade que vem mudando com o trabalho realizado pelos professores. Na formação continuada prevista no PME está especificado sobre os conteúdos oferecidos para os educadores. Os estudos auxiliam na busca por informações, os professores vivenciam os saberes da educação especial e inclusiva ainda que de forma superficial nas formações propostas pelas secretarias de educação municipais, muitas vezes não sendo suficientes e passando a buscar por nos cursos de formação específica (pós-graduação, cursos de extensão, etc.). Pelas formações propostas podemos analisar do ponto de vista positivo, desde que oferecidas recorrentemente, ainda que sejam superficiais no começo, com o tempo de estudo, as informações são melhores discutidas. A realidade das formações aponta que os professores acabam por construir o conhecimento real diante do contexto e vivências experienciadas no cotidiano escolar, e partindo desta realidade buscam por conhecimentos específicos. (Dias, Andrade e Rosa)

Pletsch (2009, p.40) traz uma crítica quanto a formação e as exigências postas aos professores dizendo que pelos documentos que tratam sobre o tema fica subentendido que caberia ao professor reconhecer e “dar conta” da diversidade e do sucesso de aprendizagem dos alunos, bem como investigar a sua prática, ter a capacidade de trabalhar em grupos e utilizar novas tecnologias. Por essas questões é essencial que os espaços de formação se articulem entre as universidades e o cotidiano escolar para a discussão e desenvolvimento de práticas inclusivas.

4.5 Categoria V- As parcerias com diversas instituições

As parcerias com diversas instituições são citadas como estratégias para contribuir na construção do conhecimento do professor com relação a educação especial e inclusiva, ações de formação continuada. No PNE as parcerias são elencadas na estratégia 4.18. retomando a formação continuada e o acesso a materiais didáticos. No plano municipal, além da promoção das parcerias, o fortalecimento construído é definido como estratégia no apoio ao atendimento inclusivo.

Tais metas, sendo efetivadas, acabam por beneficiar todos os envolvidos, pois requer uma mudança de postura, de práticas pedagógicas desenvolvidas, vislumbrando um ensino de qualidade, observando as características de cada aluno. Nessa perspectiva as parcerias com as instituições auxiliam no apoio aos conhecimentos dos educadores, visando o atendimento dos alunos. Contribuindo com as estratégias citadas anteriormente, o PME propõe atividades que incluam todos os envolvidos com o público alvo da educação especial.

Tal estratégia é extremamente relevante para contribuir a educação inclusiva. Para refletir acerca da proposta formativa, numa amplitude de formação exigida, Carvalho e Souza (2015), abordam os Planos de Educação, destacando que o professor deve ter como base de formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

As Metas propostas pelos planos de educação (PNE e PME) apontam para uma formação inicial e continuada, com estratégias que visam o apoio de instituições, pesquisas em metodologias, produção

de materiais e tecnologias assistivas. Com isso, percebemos que de modo geral, a complexidade existente para se alcançar uma educação realmente inclusiva, requer muito mais do interesse dos profissionais envolvidos, escola, gestores, universidades, acessibilidade, pois a partir das metas e estratégias é necessário encontrar outras formas de se efetivar práticas diferenciadas, buscar inovações que objetivem o aprendizado do alunado.

Existe uma interdependência de fatores que exigem um olhar singular e prudência para alcançar diferentes propostas. Nos cursos de formação inicial é prevista disciplinas com o tema da educação especial e inclusiva, como dito anteriormente, na maioria das vezes de forma superficial.

As semelhanças entre as pesquisas e o que está especificado na Meta 4 evidencia-se na preocupação com a formação exigida para trabalhar a inclusão. As estratégias estão postas, os planos não nos dão uma “receita” pronta de como fazer, e a partir disso as ações são criadas com a pretensão de construir caminhos que viabilizem uma formação com um mínimo de conhecimento para propor práticas inovadoras, que não visem atividades comuns, mas sim atividades diferenciadas que tenham o foco da inclusão de todos os alunos, com propostas que tratam das diferenças e questões de acessibilidade de maneira ampla.

As discussões sobre uma formação específica ainda se mantêm, pois, muitos acreditam que o professor deve saber trabalhar com as especificidades de cada aluno (Pletsch, 2009). Aqui retomamos a necessidade de uma formação ampla, o conhecimento pleno é construído aos poucos, um processo de estudos infinito, para trabalhar com cada especificidade é preciso conhecer para buscar práticas que possam atender os alunos. Nesse debate o processo de práticas diferenciadas para atender os diferentes públicos passam a ser dialogado de forma coletiva, pensar nisso requer um olhar sobre os diferentes pontos necessários para a inclusão, como a acessibilidade, importante para desenvolver materiais, espaços, tecnologias assistivas.

3.6 Categoria VI- Valorização dos professores

Cabe aqui ressaltar as metas referentes à valorização dos professores, consideradas tão importantes e estratégicas para atingir as metas anteriores. A meta 15 trata de garantir que todos os professores da educação básica tenham formação específica de ensino superior. A meta 16 específica sobre a formação em nível de pós-graduação (50% dos professores em dez anos), bem como a formação continuada na área de atuação docente, compreendendo o contexto dos sistemas de ensino. Já as metas 17 e 18 tratam de equiparar o rendimento com os demais profissionais com escolaridade equivalente e a existência do plano de carreira e piso salarial nacional. (PNE).

A reflexão sobre a valorização docente é importante, já que são grandes as incumbências destes profissionais. Nessa perspectiva o PME referindo-se às metas relacionadas a valorização dos docentes, optou-se por agrupá-las (15,16,17,18), considerando a análise da situação local e as dividiu por temas que se referem a cada meta.

Pelo pontuado no plano municipal, percebe-se que é grande a atenção para formação docente, condições de trabalho e carreira. Para elaborar as estratégias a análise da realidade local é bastante relevante as observações descritas pelo documento.

As ponderações sobre a situação da realidade local são pertinentes com as considerações pontuadas nesta pesquisa. As estratégias são bem definidas quanto aos anseios de uma formação de qualidade para a educação.

São estratégias que demonstram a preocupação em alcançar uma educação de qualidade, contendo detalhadamente temas que anseiam por mudanças e apoio. Pletsch (2009, p.40) pondera que não se discute a constituição de espaços adequados para reflexão e planejamento de ações pedagógicas coletivas, apontados como indispensáveis para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Neste cenário, estudos demonstram que o professor que percebe o reconhecimento, trabalha com mais entusiasmo, fato relevante no cotidiano escolar.

Podemos perceber que esta categoria de valorização docente, não está distante das metas relacionadas a educação especial e inclusiva. Com a valorização, os professores se sentem mais confiantes, buscam por mais formações, estudos teóricos e práticos no intuito de colaborar com o ensino-aprendizagem dos alunos. Propiciar espaços de trabalho adequado, materiais, tecnologias assistivas são apenas parte do que a educação de qualidade necessita, porém já é o início de uma caminhada rumo a educação inclusiva.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo da pesquisa tentamos elencar pontos que relacionam o posicionamento que se destaca sobre às práticas que envolvem a inclusão. Os planos de educação demonstram em suas metas e estratégias, objetivos comuns para a educação inclusiva, uma preocupação que permeia a educação em geral.

Nosso objetivo nessa investigação foi: compreender como é tratado a formação de professores nos documentos orientadores Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul – Brasil

Para isso organizamos nossas análises em categorias : I) criação de centros multidisciplinares de apoio; II) conhecimento dos materiais didáticos, equipamentos e tecnologia assistiva; III) metodologias diferenciadas; IV) A formação docente para a educação inclusiva; V) As parcerias com diversas instituições; VI) Valorização profissional; Organizar as estratégias em categorias auxiliou para compreender as semelhanças entre os estudos quando demonstram preocupação sobre a formação docente para a educação inclusiva, demonstrando dúvidas sobre conceitos e práticas a serem desenvolvidas entre os professores atuantes nas escolas.

Os planos de educação (PNE e PME) referem-se à formação de professores para práticas pedagógicas inclusivas de forma indireta pontuando estratégias para desenvolver ações que objetivem a efetivação da inclusão.

Desta maneira, os resultados aqui encontrados a partir das leituras realizadas demonstram uma preocupação enorme sobre a formação tanto em relação à política de formação inicial quanto a continuada, que as exigências clamam por mudanças de postura, já que as leis, diretrizes e planos de educação trazem metas e estratégias que nos colocam para pensar o como agir para efetivar a inclusão.

A formação para as práticas de inclusão não está descrita nos planos de educação, entretanto, nos coloca para refletir a partir da nossa formação, e as pesquisas sobre a temática nos auxiliam no entendimento de nossa atuação, nas possibilidades de se pensar, repensar, ação e reflexão sobre o trabalho pedagógico mais inclusivo, dispensando as diferenças e trabalhando com todos os alunos. Sendo assim, este estudo pôde contribuir, ampliando as formulações teóricas a respeito da formação docente para a Educação Inclusiva, estabelecendo reflexões sobre como é ou como deve ser a formação para a inclusão e possibilitando futuros estudos a partir do exposto no plano municipal, como é realizado as formações continuadas a respeito da educação inclusiva no município de Dourados/MS.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; GLAT, Rosana. Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva: Os Cursos de Pedagogia em Foco. In: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (Org.). **Educação Especial e Inclusão Escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Seropédica: Edur/UFRRJ, p. 188-201, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases. Brasília: Presidência da República, 1996
- BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília: CNE, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6949 de 25 de agosto de 2009**. Convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010, 73 p.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto presidencial nº 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Brasília: CNE, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun., Brasília: Congresso Nacional, 2014.
- BAPTISTA, Claudio Roberto; SILVA, Mayara Costa. Formação, Cotidiano (S) e Educação Especial. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v5, n.14 p.-59-81, maio/ago 2015.
- BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá- MS, v. 3, n. 5, 1999. p. 7-25, Disponível em: http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art_01.pdf Acesso em: 5 nov. 2017

CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa; SOUZA, Andrea de Jesus lemos. Formação de professores na perspectiva inclusiva e os planos de Educação. **Educação e Fronteiras Online**, Dourados/MS, v. 5, n. 14 p. 131-149, maio/ago, 2015.

DIAS, Marian Ávila de Lima; ANDRADE, Simone Conceição; FERREIRA, Rosa Patrícia. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Revista de Psicologia USP**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/viewFile/109981/108565>. Acesso em: 5 nov. 2017

DOURADOS. **Lei nº 3.904 de 23 de junho de 2015**, aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Dourados do Estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/lei-no-3904- plano-municipal-de-educacao-pme/>. Acesso em: 5 nov. 2017

MACHADO, Rosângela. Formação de professores. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, v. 6, n. 1 (jan/jun) 2011 – Brasília: Secretaria de Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1266_3-revista-inclusao-n9-ed-especial-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 nov. 2017

MALDONADO, Karina. Práticas pedagógicas e o grande desafio para a educação especial. **Revista Educação**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/evolucao-nas-praticas-pedagogicas-e-o-grande-desafio-para-educacao-especial-diz-professora-da-usp/>. Acesso em: 7 nov. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba - PR, 2009, n. 33, pp. 143-156. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010. Acesso em: 7 nov. 2017.

PLETSCH, Marcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental**: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual do Rio Janeiro: Rio de Janeiro 2009.

Recebido em: 15 de agosto de 2024.

Aprovado em: 7 de novembro de 2024.

<https://doi.org/10.30681/rebs.v15i3.12813>

ⁱ **Paula Diana Moraga Garrido**. Professora da Educação Infantil na SEMED - Dourados. Pedagoga pela UFGD. Pós-graduada em Educação Especial e inclusiva.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1109703088833801>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1868-6819>

E-mail: paulamoraga1991@hotmail.com

ⁱⁱ **Edvonete Souza de Alencar**. Pós-doutora em Educação pela Universidade de Sevilha. Doutora em educação Matemática pela PUC-SP. Professora na Faculdade de Educação - UnB.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7580068291554336>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5813-8702>

E-mail: edvonete.s.alencar@hotmail.com